

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS**, CNPJ nº 00.136.858/0001-88, situado na Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR, por intermédio do Setor de Licitações e Contratos, devidamente autorizado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller, realizará a presente dispensa de Licitação, para atendimento às necessidades deste CONIMS, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste aviso e seus anexos fundamentada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 14.133/2021 e Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023 e nº 012/2025, Ato de Consórcio nº 058/2025, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Data limite para apresentação de propostas: 25/03/2026, até as 23:59 horas.

Critério de Julgamento: Menor Preço

E-mail: licitacao@conims.pr.gov.br

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema completo de sonorização para o auditório do CONIMS, incluindo equipamentos de áudio, acessórios, instalação técnica, configuração, regulagem acústica e testes de funcionamento para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

2. QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.
1	72021556465	Mesa de som console digital com mínimo de 16 canais de entrada, controle remoto via interface web por tablet, celular ou computador, conectividade wi-fi e ethernet, Pré-amplificadores de microfone com alimentação Phantom Power (48v), processamento digital interno com equalização paramétrica, compressores, gate, efeitos digitais integrados, interface de controle via navegador Saídas balanceadas XLR, alimentação 127/220v automática	UN	1
2	72021556466	Microfones condensadores shotgun (captação ambiente), padrão polar supercardioides ou lobar, resposta de frequência aproximada: 40hz – 20khz, alta sensibilidade para captação de voz em ambiente, conexão XLR balanceada, compatível com Phantom Power 48v	UN	4
3	72021556467	Microfones sem fio para mesa (gooseneck), transmissão UHF, base com transmissor integrado, receptor compatível com mesa de som, alimentação por bateria recarregável ou fonte, Saída XLR ou P10, alcance mínimo 30 metros	UN	2

4	72021556468	Caixas acústicas ativas (amplificação interna), potência mínima 300w RMS, processamento digital DSP, alto-falante mínimo 12" ou superior, driver de compressão para altas frequências, resposta de frequência aproximada 50hz – 18khz, entrada XLR/P10, alimentação 127/220v	UN	2
5	72021556469	Subwoofer ativo, falante 12", potência mínima 300w rms, Resposta de frequência 40hz – 150hz, entradas balanceadas XLR, controle de crossover, alimentação 127/220v	UN	1
6	72021556470	Multicabo de microfone 8 vias	METRO	30
7	72021556471	Cabo de microfone 0,30 mm	METRO	40
8	72021556472	Cabo comando extra flexível 2x2,50 mm	METRO	20
9	72021556473	Cabo paralelo 2x26 awg	METRO	5
10	72021556474	Plug combo XLR/p10	UN	8
11	72021556475	Conectores XLR fêmea	UN	12
12	72021556476	Conectores XLR macho	UN	12
13	72021556477	Conector p2 estéreo	UN	1
14	72021556478	Conector p10 mono	UN	1
15	72021556479	Caixa de interligação tipo medusa com 8 conectores	UN	1
16	72021556480	Suportes braço articulado para microfone	UN	4
17	72021556481	Suportes de parede para caixa acústica	UN	2
18	72021556482	Central de energia digital com 8 saídas	UN	1
19	72021556483	Acessórios de fixação e montagem, conectores e terminais para instalação	UN	1
20	72021556484	Treinamento	HORAS	4
21	72021556485	Instalação e Configuração	UN	1

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste processo, os interessados que atendam as condições deste aviso e seus anexos.

3.2. Não poderão participar deste processo, os interessados que:

3.2.1. Não atendam as condições deste aviso e seus anexos.

3.2.2. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visto que o objeto a ser contratado não é considerado de alta complexidade ou de grande vulto, não trazendo prejuízos à competitividade deste processo.

3.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CONIMS ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação direta, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que será estendido ao proponente que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.3. A sanção de impedimento de licitar/contratar com o poder público aplicada por Município consorciado se estende ao CONIMS, durante a vigência do contrato decorrente deste processo, conforme artigo 48 da lei 14.133/21.

3.3.1. Demais casos explicitados no art. 14º da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DECLARAÇÕES

4.1. Os interessados em participar deste processo de dispensa de licitação deverão encaminhar suas propostas de preços e declarações, conforme modelos do Anexo II, III, IV e V, conforme os anexos deste aviso, exclusivamente pelo e-mail: licitacao@conims.pr.gov.br.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam o fornecedor contratado.

4.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4. O prazo de validade de sua proposta não poderá ser inferior a 90 dias, a contar da data do encerramento do envio das propostas;

4.5. A proposta apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

4.6. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00).

4.6.1. Para fins de agilidade e economicidade dos recursos públicos, aqueles participantes que oferecerem o valor com mais de 2 (duas) casas decimais, terão suas propostas finais reajustadas, sem prévia consulta, sendo desconsiderado o 3º (terceiro) dígito, sem arredondamento.

4.7. Para balizar os preços, poderá a (Comissão de Contratação) realizar pesquisas junto a outros fornecedores, em mídias eletrônicas, contratos públicos de outros entes (de mesmo objeto), sites do governo e demais, conforme pertinência.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Após encerrado o período de envio de propostas e declarações, a comissão de contratação verificará todas as propostas apresentadas e as classificará do menor para o maior preço ofertado;

5.2. A comissão responsável realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, que será de acordo com os praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora licitado, sendo aferido mediante pesquisa de preços que constará no processo administrativo.

5.3. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, poderá a comissão examinar a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este aviso.

5.4. Definida a proposta vencedora, este CONIMS, solicitará o envio dos documentos de habilitação da mesma.

5.5. No julgamento das propostas, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

5.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.7. No caso de empate entre duas proponentes, o CONIMS solicitará às mesmas, novas propostas e considerará primeira classificada a que ofertar o menor preço.

6. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A Empresa que ofertar a Cotação de Menor Preço será solicitado pelo Setor de Licitação a encaminhar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO para o e-mail licitacao@conims.pr.gov.br, no prazo de **1 (um) dia útil**, após o recebimento da solicitação.

6.1.1. Poderá o CONIMS, mediante justificativa que constará no processo, prorrogar o prazo acima referenciado.

6.2. O fornecedor primeiro colocado deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação em formato digital da via original.

6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.3.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil,

publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.3.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

6.3.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.4.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ

6.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de CERTIDÃO CONJUNTA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

6.4.3. Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, quando houver inscrição.

6.4.4. Prova de regularidade para com os débitos MUNICIPAIS, quando houver inscrição.

6.4.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇOS (FGTS).

6.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT.

6.4.7. Serão aceitas como prova de regularidade para com o Fisco, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

6.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO PROPONENTE

6.5.4. Atestado de Capacidade Técnica, que comprove aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do presente processo, emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado.

7. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

7.4. Fica autorizada, como faculdade, a verificação pela comissão em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.4.4. A comissão verificará se o primeiro colocado, atende as condições quanto a existência de

sanção que impeça a sua contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

7.4.4.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.4.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, Consulta Licitantes Inidôneos – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.4.4.3. Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

7.4.5. Será considerado inabilitado, o participante acerca do qual for constada a sanção de impedimento de licitar e/ou contratar aplicada pelo CONIMS e ou pelos seus municípios consorciados, no prazo de sua duração, bem como a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar aplicada por qualquer ente público, enquanto perdurar sua vigência.

7.5. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do licitante, com número de CNPJ. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade todos os estabelecimentos da empresa.

7.6. Na verificação dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

7.7. Se o participante não atender as exigências de habilitação, poderá a comissão examinar a proposta e habilitação subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de alguma que atenda a este aviso.

8. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.4. Após a homologação e adjudicação, será firmado Contrato.

8.5. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9. SANÇÕES E INFRAÇÕES DO PROCESSO

9.4. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao participante que:

- 9.4.4.** Apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);
- 9.4.5.** Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 5% (cinco por cento);
- 9.4.6.** Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 10% (dez por cento);
- 9.4.7.** Recusar a celebrar/assinar o instrumento de contratação: Multa punitiva de 20% (vinte por cento), em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais).
- 9.5.** Cumulativamente ou não, com sanções anteriores poderá ainda ser aplicada a suspensão temporária de participação de licitar e contratar com o CONIMS, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 9.6.** As sanções por atos praticados durante a execução do objeto contratado estão previstas na minuta do contrato.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.4.** O resultado e demais atos do presente processo serão divulgados no endereço eletrônico www.conims.pr.gov.br, na aba licitações e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 10.5.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 10.6.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 10.7.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta comercial

Anexo III – Declaração de Participação

Anexo IV – Modelo de Declaração LGPD

Anexo V - Ficha Cadastral Do Fornecedor

Anexo VI – Minuta de Contrato

Pato Branco/PR, 20 de março de 2026.

VILMAR SCHMOLLER
PRESIDENTE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema completo de sonorização para o auditório do CONIMS, incluindo equipamentos de áudio, acessórios, instalação técnica, configuração, regulagem acústica e testes de funcionamento para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

2. QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.
1	72021556465	Mesa de som console digital com mínimo de 16 canais de entrada, controle remoto via interface web por tablet, celular ou computador, conectividade wi-fi e ethernet, Pré-amplificadores de microfone com alimentação Phantom Power (48v), processamento digital interno com equalização paramétrica, compressores, gate, efeitos digitais integrados, interface de controle via navegador Saídas balanceadas XLR, alimentação 127/220v automática	UN	1
2	72021556466	Microfones condensadores shotgun (captação ambiente), padrão polar supercardioide ou lobar, resposta de frequência aproximada: 40hz – 20khz, alta sensibilidade para captação de voz em ambiente, conexão XLR balanceada, compatível com Phantom Power 48v	UN	4
3	72021556467	Microfones sem fio para mesa (gooseneck), transmissão UHF, base com transmissor integrado, receptor compatível com mesa de som, alimentação por bateria recarregável ou fonte, Saída XLR ou P10, alcance mínimo 30 metros	UN	2
4	72021556468	Caixas acústicas ativas (amplificação interna), potência mínima 300w RMS, processamento digital DSP, alto-falante mínimo 12" ou superior, driver de compressão para altas frequências, resposta de frequência aproximada 50hz – 18khz, entrada XLR/P10, alimentação 127/220v	UN	2
5	72021556469	Subwoofer ativo, falante 12", potência mínima 300w rms, Resposta de frequência 40hz – 150hz, entradas balanceadas XLR, controle de crossover, alimentação 127/220v	UN	1
6	72021556470	Multicabo de microfone 8 vias	METRO	30
7	72021556471	Cabo de microfone 0,30 mm	METRO	40
8	72021556472	Cabo comando extra flexível 2x2,50 mm	METRO	20
9	72021556473	Cabo paralelo 2x26 awg	METRO	5
10	72021556474	Plug combo XLR/p10	UN	8
11	72021556475	Conectores XLR fêmea	UN	12

12	72021556476	Conectores XLR macho	UN	12
13	72021556477	Conector p2 estéreo	UN	1
14	72021556478	Conector p10 mono	UN	1
15	72021556479	Caixa de interligação tipo medusa com 8 conectores	UN	1
16	72021556480	Suportes braço articulado para microfone	UN	4
17	72021556481	Suportes de parede para caixa acústica	UN	2
18	72021556482	Central de energia digital com 8 saídas	UN	1
19	72021556483	Acessórios de fixação e montagem, conectores e terminais para instalação	UN	1
20	72021556484	Treinamento	HORAS	4
21	72021556485	Instalação e Configuração	UN	1

2.1. MESA DE SOM

2.1.1. Mesa de som digital com as seguintes características mínimas:

- 2.1.1.1.** Console digital com mínimo de 16 canais de entrada;
- 2.1.1.2.** Controle remoto via interface web por tablet, celular ou computador;
- 2.1.1.3.** Acesso por tablet, celular ou computador;
- 2.1.1.4.** Conectividade wi-fi e ethernet;
- 2.1.1.5.** Pré-amplificadores microfone com alimentação phantom power 48v;
- 2.1.2.** Processamento digital interno contendo:
 - 2.1.2.1.** Equalização paramétrica;
 - 2.1.2.2.** Compressores;
 - 2.1.2.3.** Gate;
 - 2.1.2.4.** Efeitos digitais integrados;
 - 2.1.2.5.** Saídas balanceadas XLR;
 - 2.1.2.6.** Interface de controle via navegador (dispensa software dedicado);
 - 2.1.2.7.** Alimentação 127/220v automática;

2.2. MICROFONES CONDENSADORES (CAPTAÇÃO AMBIENTE)

- 2.2.1.** Tipo Condensador shotgun;
- 2.2.2.** Padrão polar supercardioide ou lobar;
- 2.2.3.** Resposta de frequência aproximada: 40Hz – 20kHz;
- 2.2.4.** Alta sensibilidade para captação de voz em ambiente;
- 2.2.5.** Conexão XLR balanceada;
- 2.2.6.** Compatível com phantom power 48V;

2.3. MICROFONES DE MESA SEM FIO

- 2.3.1.** Tipo gooseneck sem fio para mesa;
- 2.3.2.** Transmissão UHF;
- 2.3.3.** Base transmissora integrada;
- 2.3.4.** Receptor compatível com mesa de som;
- 2.3.5.** Alcance mínimo 30 metros;
- 2.3.6.** Alimentação por bateria recarregável ou fonte;
- 2.3.7.** Saída XLR ou P10;

2.4. CAIXAS ACÚSTICAS

- 2.4.1.** Caixas ativas principais (aplicação interna);
- 2.4.2.** Potência mínima 300W RMS;
- 2.4.3.** Alto-falante mínimo 12 polegadas ou superior;
- 2.4.4.** Processamento digital DSP;
- 2.4.5.** Processamento DSP;
- 2.4.6.** Driver de compressão para altas frequências;
- 2.4.7.** Resposta de frequência aproximada 50Hz – 18khz;
- 2.4.8.** Entradas XLR/P10;
- 2.4.9.** Alimentação 127/220V;

2.5. SUBWOOFER

- 2.5.1.** Tipo ativo;
- 2.5.2.** Falante mínimo 12 polegadas;
- 2.5.3.** Potência mínima 300W RMS;
- 2.5.4.** Resposta de frequência aproximada 40Hz – 150Hz;
- 2.5.5.** Entradas XLR balanceadas;
- 2.5.6.** Controle de crossover;
- 2.5.7.** Alimentação 127/220V;

2.6. CABEAMENTO

- 2.6.1.** Fornecimento de cabeamento necessário para interligação do sistema, incluindo:
 - 2.6.1.1.** Multicabo de microfone 8 vias– 24 AWG;
 - 2.6.1.2.** Cabos de microfone 0,30 mm;
 - 2.6.1.3.** Cabo comando extra flexível 2x2,50 mm;
 - 2.6.1.4.** Cabos paralelos de 2x26 AWG
- 2.6.2.** Todos os cabos deverão ser:
 - 2.6.2.1.** Balanceados para áudio profissional;
 - 2.6.2.2.** Com blindagem contra interferência eletromagnética;

2.6.2.3. Condutores em cobre OFC;

2.6.2.4. Com isolamento em PVC flexível;

2.7. CONECTORES E INTERLIGAÇÕES

2.7.1. Fornecimento mínimo de:

2.7.1.1. Plugs combo XLR/P10;

2.7.1.2. Conectores XLR macho;

2.7.1.3. Conectores XLR fêmea;

2.7.1.4. Conectores P2 estéreo;

2.7.1.5. Conectores P10 mono;

2.7.1.6. Caixa de interligação tipo medusa com 8 conectores;

2.8. SUPORTES E ACESSÓRIOS

2.8.1. Suportes articulados para microfone;

2.8.2. Suportes de parede para caixas acústicas;

2.8.3. Central de energia digital com 8 saídas;

2.8.4. Acessórios de fixação e montagem;

2.8.5. Conectores e terminais para instalação completa;

2.9. TREINAMENTO

2.9.1. O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

2.9.1.1. Orientação quanto à operação da mesa digital;

2.9.1.2. Procedimentos para ligação e desligamento adequado do sistema;

2.9.1.3. Instruções para operação dos microfones sem fio;

2.9.1.4. Orientações sobre controle de volume e equalização básica;

2.9.1.5. Demonstração dos procedimentos básicos de identificação e solução de falhas operacionais;

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. REQUISITOS TÉCNICOS DOS EQUIPAMENTOS

3.1.1. Os equipamentos de sonorização deverão ser novos, de primeiro uso, e estar em linha de produção;

3.1.2. Deverão possuir qualidade compatível com uso profissional/institucional, adequada a auditório de pequeno/médio porte;

3.1.3. Todos os equipamentos deverão ser compatíveis entre si, formando um sistema integrado;

3.1.4. Deverão atender às normas técnicas aplicáveis (ABNT e/ou internacionais);

3.2. REQUISITOS DE INSTALAÇÃO

- 3.2.1.** A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados, sob responsabilidade da contratada;
- 3.2.2.** Deverá incluir fixação de equipamentos;
- 3.2.3.** Deverá incluir passagem e organização de cabeamento;
- 3.2.4.** Deverá incluir interligação completa do sistema;
- 3.2.5.** A instalação deverá observar critérios de:
 - 3.2.5.1.** segurança elétrica e estrutural;
 - 3.2.5.2.** organização e acabamento adequado;
- 3.2.6.** Não serão admitidas instalações provisórias ou improvisadas.
- 3.2.7.** A instalação deverá ser efetivada e finalizada em até **30 dias** corridos a partir da data da solicitação de fornecimento.

3.3. CONFIGURAÇÃO E DESEMPENHO

- 3.3.1.** A contratada deverá realizar configuração completa do sistema;
- 3.3.2.** A contratada deverá realizar regulagem e calibração acústica do ambiente;
- 3.3.3.** O sistema deverá garantir distribuição uniforme do som;
- 3.3.4.** O sistema deverá garantir clareza na reprodução de voz;
- 3.3.5.** O sistema deverá garantir ausência de ruídos, microfonia ou distorções relevantes;
- 3.3.6.** O sistema deverá estar apto para uso em reuniões, capacitações, eventos institucionais;

3.4. TESTES E ACEITAÇÃO

- 3.4.1.** A contratada deverá realizar testes completos de funcionamento após a instalação;
- 3.4.2.** A entrega será considerada concluída apenas após a verificação do pleno funcionamento do sistema e validação pela equipe responsável do CONIMS.

3.5. GARANTIA E SUPORTE

- 3.5.1.** Deverá ser fornecida garantia de 12 meses;
- 3.5.2.** Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar manutenção corretiva sem ônus e substituir equipamentos defeituosos em casos de defeitos de fabricação;
- 3.5.3.** O atendimento deverá ocorrer em prazo compatível com a criticidade do sistema.
- 3.5.4.** Defeitos identificados causados pela contratante ou por terceiros a ela vinculados, a contratada deverá apresentar orçamento prévio, nos termos estabelecidos, para análise e aprovação da contratante.

3.6. TREINAMENTO

- 3.6.1.** A contratada deverá fornecer orientação e treinamento básico aos servidores indicados

pelo CONIMS para operação do sistema;

3.6.2. O objetivo é garantir o uso adequado e eficiente dos equipamentos.

3.6.3. O treinamento deverá ser realizado logo após a instalação e testes dos equipamentos no Auditório do CONIMS.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas geradas em função da aquisição do objeto do presente contrato ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.30.00.00.00.00 – fonte 000

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 – fonte 076

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.30.00.00.00.00 – fonte 000

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 – fonte 076

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados a partir da data de / /2026, ressalvado o direito da CONTRATANTE à garantia dos equipamentos, se maior o prazo.

5.2. A vigência contratual poderá ser prorrogada, mediante justificativa da Administração, desde que observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demonstrada a vantajosidade da prorrogação.

6. Demais termos e condições estão dispostos na minuta do contrato.

Pato Branco-PR, 20 de março de 2026

VICTOR MATEUS BARONIO
CONTROLADORIA DE EXECUÇÃO

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(USAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE/WHATS:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	72021556465	Mesa de som console digital com mínimo de 16 canais de entrada, controle remoto via interface web por tablet, celular ou computador, conectividade wi-fi e ethernet, Pré-amplificadores de microfone com alimentação Phantom Power (48v), processamento digital interno com equalização paramétrica, compressores, gate, efeitos digitais integrados, interface de controle via navegador Saídas balanceadas XLR, alimentação 127/220v automática	UN	1			
2	72021556466	Microfones condensadores shotgun (captação ambiente), padrão polar supercardioide ou lobar, resposta de frequência aproximada: 40hz – 20khz, alta sensibilidade para captação de voz em ambiente, conexão XLR balanceada, compatível com Phantom Power 48v	UN	4			
3	72021556467	Microfones sem fio para mesa (gooseneck), transmissão UHF, base com transmissor integrado, receptor compatível com mesa de som, alimentação por bateria recarregável ou fonte, Saída XLR ou P10, alcance mínimo 30 metros	UN	2			
4	72021556468	Caixas acústicas ativas (amplificação interna), potência mínima 300w RMS, processamento digital DSP, alto-falante mínimo 12" ou superior, driver de compressão para altas frequências, resposta de frequência aproximada 50hz – 18khz, entrada XLR/P10, alimentação 127/220v	UN	2			

5	72021556469	Subwoofer ativo, falante 12", potência mínima 300w rms, Resposta de frequência 40hz – 150hz, entradas balanceadas XLR, controle de crossover, alimentação 127/220v	UN	1			
6	72021556470	Multicabo de microfone 8 vias	METRO	30			
7	72021556471	Cabo de microfone 0,30 mm	METRO	40			
8	72021556472	Cabo comando extra flexível 2x2,50 mm	METRO	20			
9	72021556473	Cabo paralelo 2x26 awg	METRO	5			
10	72021556474	Plug combo XLR/p10	UN	8			
11	72021556475	Conectores XLR fêmea	UN	12			
12	72021556476	Conectores XLR macho	UN	12			
13	72021556477	Conector p2 estéreo	UN	1			
14	72021556478	Conector p10 mono	UN	1			
15	72021556479	Caixa de interligação tipo medusa com 8 conectores	UN	1			
16	72021556480	Suportes braço articulado para microfone	UN	4			
17	72021556481	Suportes de parede para caixa acústica	UN	2			
18	72021556482	Central de energia digital com 8 saídas	UN	1			
19	72021556483	Acessórios de fixação e montagem, conectores e terminais para instalação	UN	1			
20	72021556484	Treinamento	HORAS	4			
21	72021556485	Instalação e Configuração	UN	1			

OBS: A entrega e instalação deverá ser efetivada e finalizada em até 30 (trinta) dias corridos.

Validade da proposta: mínimo de 90 (noventa) dias

Declaro ainda que:

- Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, encargos e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

_____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal)

ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO

Está ciente e concorda com as condições contidas no aviso e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

A contratada organizada em cooperativa declara, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa declara, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA AOS TERMOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE
DADOS – LGPD

AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

RESPONSÁVEL/Nº WHATS:

Ao aderir a dispensa e celebrar o contrato com o CONIMS, declaro-me ciente de que, por exigência dos órgãos de controle externo, da Lei nº 12.527/2018 – Lei de Acesso à Informação – e da Resolução CONIMS nº 155/2021, a íntegra dos atos prévio à contratação e seus anexos serão disponibilizados no Portal de Transparência do CONIMS, que realiza o tratamento de dados pessoais pertinentes à qualificação jurídica, econômico-financeira, tributária e técnica do Contratado, para uso exclusivo às finalidades legais e institucionais consorciais, conforme disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Decreto nº 10.046/2019.

Declaro, de forma expressa, que estou ciente de que, foi-me dada a possibilidade de indicar dados sensíveis integrantes deste processo de contratação e pertinentes à Contratada a se submeterem ao processo de anonimização, por meios técnicos e disponíveis ao CONIMS.

Pato Branco/PR, ____ de _____ de 2026.

Representante legal da empresa

ANEXO V – FICHA CADASTRAL DO FORNECEDOR

1. DADOS CADASTRAIS:

RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
TELEFONE PRINCIPAL:
TELEFONE COM WHATSAPP:

2. DADOS BANCÁRIOS (os dados bancários informados deverão estar obrigatoriamente vinculados ao CNPJ do fornecedor. Não serão aceitas contas de pessoa física, ainda que o titular seja o mesmo do CNPJ)

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:
NOME DA CONTA CORRENTE:

3. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA:

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº:
CPF/MF Nº:
TELEFONE PARA CONTATO:

4. DADOS DO PREPOSTO NOMEADO PARA ASSUNTOS DA ATA:

NOME COMPLETO:
TELEFONE PARA CONTATO:
TELEFONE COM WHATSAPP:
E-MAIL:

5. DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO DA EMPRESA:

Declaramos que o (s) endereço (s) eletrônico (s), (e-mail), da Empresa que se destinam ao recebimento de Solicitações de Fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, independente de confirmação, são:

E-MAIL:

Declaramos que o Endereço eletrônico da Empresa, (e-mail), para uma possível assinatura do contrato é:

E-MAIL:

Declaramos estar cientes de que é compromisso do fornecedor comunicar o CONIMS acerca da alteração de qualquer dado constante desta Ficha cadastral.

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ Sob nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Vilmar Schmoller.

FORNECEDOR CONTRATADO: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, na cidade de _____, CEP _____, neste ato representada por seu representante legal Sr. _____.

Pelo presente instrumento, oriundo do processo nº xxx/2026, Dispensa de Licitação nº 008/2026, homologado em 00/00/2026, mediante sujeição as normas constantes na Lei nº 14.133/2021, Resoluções CONIMS nº 58/2023, nº 60/2023 e nº 012/2025, Ato de Consórcio nº 058/2025, suas alterações e demais normas e legislações aplicáveis e ainda, pelas condições e exigências constantes no aviso de contratação direta e seus anexos, o ÓRGÃO GERENCIADOR e o FORNECEDOR CONTRATADO, neste ato representado por seus representantes legais ao final subscritos, tem entre si justo e avençado o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema completo de sonorização para o auditório do CONIMS, incluindo equipamentos de áudio, acessórios, instalação técnica, configuração, regulação acústica e testes de funcionamento para o atendimento das necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS, de acordo com as condições e especificações constantes no aviso de contratação direta e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÕES E VALORES

ITEM	CÓDIGO CONIMS	DESCRIPTIVO	APRES	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	72021556465	Mesa de som console digital com mínimo de 16 canais de entrada, controle remoto via interface web por tablet, celular ou computador, conectividade wi-fi e ethernet, Pré-amplificadores de microfone com alimentação Phantom Power (48v), processamento digital interno com equalização	UN	1		

		paramétrica, compressores, gate, efeitos digitais integrados, interface de controle via navegador Saídas balanceadas XLR, alimentação 127/220v automática				
2	72021556466	Microfones condensadores shotgun (captação ambiente), padrão polar supercardioide ou lobar, resposta de frequência aproximada: 40hz – 20khz, alta sensibilidade para captação de voz em ambiente, conexão XLR balanceada, compatível com Phantom Power 48v	UN	4		
3	72021556467	Microfones sem fio para mesa (gooseneck), transmissão UHF, base com transmissor integrado, receptor compatível com mesa de som, alimentação por bateria recarregável ou fonte, Saída XLR ou P10, alcance mínimo 30 metros	UN	2		
4	72021556468	Caixas acústicas ativas (amplificação interna), potência mínima 300w RMS, processamento digital DSP, alto-falante mínimo 12" ou superior, driver de compressão para altas frequências, resposta de frequência aproximada 50hz – 18khz, entrada XLR/P10, alimentação 127/220v	UN	2		
5	72021556469	Subwoofer ativo, falante 12", potência mínima 300w rms, Resposta de frequência 40hz – 150hz, entradas balanceadas XLR, controle de crossover, alimentação 127/220v	UN	1		
6	72021556470	Multicabo de microfone 8 vias	METRO	30		
7	72021556471	Cabo de microfone 0,30 mm	METRO	40		
8	72021556472	Cabo comando extra flexível 2x2,50 mm	METRO	20		
9	72021556473	Cabo paralelo 2x26 awg	METRO	5		
10	72021556474	Plug combo XLR/p10	UN	8		
11	72021556475	Conectores XLR fêmea	UN	12		
12	72021556476	Conectores XLR macho	UN	12		
13	72021556477	Conector p2 estéreo	UN	1		
14	72021556478	Conector p10 mono	UN	1		

15	72021556479	Caixa de interligação tipo medusa com 8 conectores	UN	1		
16	72021556480	Suportes braço articulado para microfone	UN	4		
17	72021556481	Suportes de parede para caixa acústica	UN	2		
18	72021556482	Central de energia digital com 8 saídas	UN	1		
19	72021556483	Acessórios de fixação e montagem, conectores e terminais para instalação	UN	1		
20	72021556484	Treinamento	HORAS	4		
21	72021556485	Instalação e Configuração	UN	1		

2.1. MESA DE SOM

2.1.1. Mesa de som digital com as seguintes características mínimas:

2.1.1.1. Console digital com mínimo de 16 canais de entrada;

2.1.1.2. Controle remoto via interface web por tablet, celular ou computador;

2.1.1.3. Acesso por tablet, celular ou computador;

2.1.1.4. Conectividade wi-fi e ethernet;

2.1.1.5. Pré-amplificadores microfone com alimentação phantom power 48v;

2.1.2. Processamento digital interno contendo:

2.1.2.1. Equalização paramétrica;

2.1.2.2. Compressores;

2.1.2.3. Gate;

2.1.2.4. Efeitos digitais integrados;

2.1.2.5. Saídas balanceadas XLR;

2.1.2.6. Interface de controle via navegador (dispensa software dedicado);

2.1.2.7. Alimentação 127/220v automática;

2.2. MICROFONES CONDENSADORES (CAPTAÇÃO AMBIENTE)

2.2.1. Tipo Condensador shotgun;

2.2.2. Padrão polar supercardioide ou lobar;

2.2.3. Resposta de frequência aproximada: 40Hz – 20kHz;

2.2.4. Alta sensibilidade para captação de voz em ambiente;

2.2.5. Conexão XLR balanceada;

2.2.6. Compatível com phantom power 48V;

2.3. MICROFONES DE MESA SEM FIO

2.3.1. Tipo gooseneck sem fio para mesa;

2.3.2. Transmissão UHF;

2.3.3. Base transmissora integrada;

- 2.3.4.** Receptor compatível com mesa de som;
- 2.3.5.** Alcance mínimo 30 metros;
- 2.3.6.** Alimentação por bateria recarregável ou fonte;
- 2.3.7.** Saída XLR ou P10;

2.4. CAIXAS ACÚSTICAS

- 2.4.1.** Caixas ativas principais (aplicação interna);
- 2.4.2.** Potência mínima 300W RMS;
- 2.4.3.** Alto-falante mínimo 12 polegadas ou superior;
- 2.4.4.** Processamento digital DSP;
- 2.4.5.** Processamento DSP;
- 2.4.6.** Driver de compressão para altas frequências;
- 2.4.7.** Resposta de frequência aproximada 50Hz – 18kHz;
- 2.4.8.** Entradas XLR/P10;
- 2.4.9.** Alimentação 127/220V;

2.5. SUBWOOFER

- 2.5.1.** Tipo ativo;
- 2.5.2.** Falante mínimo 12 polegadas;
- 2.5.3.** Potência mínima 300W RMS;
- 2.5.4.** Resposta de frequência aproximada 40Hz – 150Hz;
- 2.5.5.** Entradas XLR balanceadas;
- 2.5.6.** Controle de crossover;
- 2.5.7.** Alimentação 127/220V;

2.6. CABEAMENTO

- 2.6.1.** Fornecimento de cabeamento necessário para interligação do sistema, incluindo:
 - 2.6.1.1.** Multicabo de microfone 8 vias– 24 AWG;
 - 2.6.1.2.** Cabos de microfone 0,30 mm;
 - 2.6.1.3.** Cabo comando extra flexível 2x2,50 mm;
 - 2.6.1.4.** Cabos paralelos de 2x26 AWG
- 2.6.2.** Todos os cabos deverão ser:
 - 2.6.2.1.** Balanceados para áudio profissional;
 - 2.6.2.2.** Com blindagem contra interferência eletromagnética;
 - 2.6.2.3.** Condutores em cobre OFC;
 - 2.6.2.4.** Com isolamento em PVC flexível;

2.7. CONECTORES E INTERLIGAÇÕES

2.7.1. Fornecimento mínimo de:

2.7.1.1. Plugs combo XLR/P10;

2.7.1.2. Conectores XLR macho;

2.7.1.3. Conectores XLR fêmea;

2.7.1.4. Conectores P2 estéreo;

2.7.1.5. Conectores P10 mono;

2.7.1.6. Caixa de interligação tipo medusa com 8 conectores;

2.8. SUPORTES E ACESSÓRIOS

2.8.1. Suportes articulados para microfone;

2.8.2. Suportes de parede para caixas acústicas;

2.8.3. Central de energia digital com 8 saídas;

2.8.4. Acessórios de fixação e montagem;

2.8.5. Conectores e terminais para instalação completa;

2.9. TREINAMENTO

2.9.1. O treinamento deverá contemplar, no mínimo:

2.9.1.1. Orientação quanto à operação da mesa digital;

2.9.1.2. Procedimentos para ligação e desligamento adequado do sistema;

2.9.1.3. Instruções para operação dos microfones sem fio;

2.9.1.4. Orientações sobre controle de volume e equalização básica;

2.9.1.5. Demonstração dos procedimentos básicos de identificação e solução de falhas operacionais;

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS ITENS

3.1. A aquisição com o fornecedor será formalizada por esta entidade por intermédio da emissão de pedido de compra (Solicitação de Fornecimento), a qual somente deverá ser aceita pelo fornecedor se estiver devidamente assinada pelo responsável pela emissão.

3.2. Não serão efetuadas solicitações sobre faturamento mínimo.

CLÁUSULA QUARTA – LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

4.1. O Local para entrega e instalação dos itens deverá ser no Auditório do CONIMS, cito à Rua Afonso Pena, nº 1902, Anchieta, na cidade de Pato Branco/PR, CEP 85.501-530, das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de segunda à sexta-feira.

4.2. **Uma vez efetuado o pedido a entrega e instalação deverá ser efetivada e finalizada em até 30 (trinta) dias corridos.**

4.3. O prazo de que trata o item 4.2 poderá ser prorrogado, quando solicitado formalmente pelo fornecedor contratado, durante o transcurso do prazo inicial (quinze dias corridos), desde que

seja devidamente justificado com apresentação de documentos comprobatórios e aceitos pela administração.

4.4. Caso o fornecedor contratado não efetive a entrega total dos pedidos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, ou efetive de forma parcial, a mesma será NOTIFICADA para, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se manifestar a respeito, não o fazendo, sofrerá as penalidades previstas neste aviso e na legislação.

4.5. A entrega será de responsabilidade do fornecedor vencedor, sem gerar nenhum ônus para o CONIMS, devendo ocorrer em até 30 dias corridos após a solicitação de fornecimento.

4.6. Fica determinantemente proibida à troca de marca e/ou fabricante dos itens, SALVO por motivo justo decorrente de fato superveniente devidamente formalizado e justificado, por item de qualidade igual ou superior.

4.7. A contratada deverá indicar um profissional do quadro de funcionários registrados de sua empresa para atuar como preposto, ao qual este ficará responsável pelos atendimentos necessários e esclarecimentos deste CONIMS, tanto por via telefone, whatsapp, E-mail ou qualquer outro meio de comunicação, devendo respeitar o prazo máximo de 2 (duas) horas para resposta.

4.8. Em caso de necessidade de troca de preposto o fornecedor deverá comunicar este CONIMS de maneira prévia, repassando a este órgão todos os dados necessários do novo preposto.

4.9. Não estando o CONIMS satisfeito com o atendimento prestado pelo preposto indicado pela contratada, poderá este CONIMS exigir a troca de preposto, devendo ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os itens serão solicitados através de Solicitação de Fornecimento e deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal, na qual deverá obrigatoriamente constar o número do processo, a modalidade de dispensa de licitação, número do contrato e solicitação de fornecimento e/ou empenho que a originou, valor unitário e total, quantidade, marca.

5.2. Quando da entrega, os produtos serão aceitos provisoriamente. O recebimento definitivo se dará após a verificação da conformidade com o exigido na Dispensa, no prazo de até 03 (três) dias úteis a contar da data de recebimento pelo setor responsável.

5.3. O recebimento definitivo não isenta o fornecedor contratado de suas responsabilidades assumidas por meio desse processo.

5.4. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento, serão aplicadas ao fornecedor contratado, as sanções previstas no aviso de contratação e contrato, bem como na legislação vigente.

5.5. Os itens deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens em perfeito estado, devendo ainda o fornecedor realizar o transporte de acordo com as normas legais pertinentes para tal.

5.5.1. Em caso de avaria do produto durante o transporte, o fornecedor contratado deverá repor por outro íntegro, sem qualquer ônus adicional para o Consórcio, no prazo de até 3 (três) dias úteis.

5.6. Em caso de devolução dos itens por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas ao fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA

6.1. A empresa deverá dar garantia para os itens de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou por maior período, quando expressamente previsto pelo fabricante, sempre contado a partir do recebimento definitivo dos itens.

6.2. Durante o prazo de vigência da garantia, os itens que apresentarem vícios, irregularidades, defeitos ou incorreções, deverão ser reparados e corrigidos, sem ônus para o CONIMS, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da abertura do chamado.

6.3. No caso de o bem precisar ser removido para uma autorizada, as despesas com o deslocamento será por conta do fornecedor contratado.

6.3.1. Entende-se por abertura de chamado a hora do envio de e-mail, quando serão fornecidas as seguintes informações: Anormalidade Irregularidade observada; Nome do responsável pela solicitação; Número do telefone para contato.

6.4. Entende-se por solução do problema a hora de disponibilização do item para uso em perfeitas condições de funcionamento no local.

6.5. No caso de reparo do bem em garantia não ser finalizado no prazo estabelecido, o item defeituoso poderá ser substituído por outro, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de substituição.

6.6. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do item será definitiva, a critério do CONIMS.

6.7. Autorizada/Credenciada pela Fabricante que esteja mais próxima da cidade de entrega, os custos e a responsabilidade referente ao transporte dos bens até o local da assistência técnica correrão por conta da fornecedora, bem como, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas.

Os danos causados pela contratante ou por terceiros a ela vinculados não serão abrangidos pela garantia. Nesses casos, a CONTRATADA deverá submeter previamente à CONTRATANTE orçamento detalhado para análise e aprovação, sendo vedada a execução de quaisquer serviços ou substituição de componentes sem a devida autorização formal, sob pena de não reconhecimento da despesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS ITENS CONTRATADOS

7.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas

avencadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) de contrato, e gestor de contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.3. O fiscal de contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.4. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.5. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato poderá solicitar ao setor competente para emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7. A fiscalização da execução do objeto contratado será realizada pelo Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato.

7.8. Fica designando como Fiscal do contrato o Sr. VICTOR MATEUS BARONIO portador do CPF nº ***.313.***-**.

7.9. Fica designando como Gestor do contrato o Sra. MARLUSA PICININ MORAES portador do CPF nº ***.053.***-**.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados a partir da data de //2026, ressalvado o direito da CONTRATANTE à garantia dos equipamentos, se maior o prazo.

8.2. A vigência contratual poderá ser prorrogada, mediante justificativa da Administração, desde que observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demonstrada a vantajosidade da prorrogação.

CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas geradas em função da aquisição do objeto do presente contrato ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.30.00.00.00.00 – fonte 000

01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 – fonte 076

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.30.00.00.00.00 – fonte 000

02.001.10.302.0002.2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 – fonte 076

CLÁUSULA DÉCIMA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL

10.1. A fornecedora registrada deverá emitir Nota Fiscal, ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

10.2. A Nota Fiscal deverá detalhar o item conforme a ata, especificando a quantidade, objeto, informando o número do processo ou ata.

10.3. O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente. Sendo obrigatória a retenção do IRRF na forma da IN RFB 1234/2012 – Anexo I.

10.4. A Nota Fiscal deve ser encaminhada ao e-mail: contabilidade@conims.com.br no ato de sua emissão.

10.5. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros no fornecimento, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que a fornecedora registrada providencie as medidas saneadoras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VENCIMENTO E PAGAMENTO

11.1. O vencimento se dará 30 dias após o aceite definitivo da nota fiscal, sendo o pagamento realizado em moeda corrente nacional, através de crédito, DOC ou TED na conta corrente pessoa jurídica no mesmo CNPJ registrado. No decorrer do processo, caso seja necessária alteração de banco, agência e/ou conta corrente deverá ser solicitado ao Setor de Tesouraria deste CONIMS, através do e-mail: tesouraria@conims.com.br.

11.2. O pagamento não será realizado através de boleto bancário.

11.3. O pagamento se dará até o vencimento.

11.4. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos itens devidamente solicitados e recebidos.

11.5. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Órgão Gerenciador, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

11.6. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

11.7. O fornecedor contratado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, não serão emitidas novas solicitações de fornecimentos, ressalvado o direito dos itens já entregues.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – REAJUSTE

12.1. Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. O valor do contrato poderá ser alterado ou atualizado nas seguintes situações:

13.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do disposto da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre o valor contratado;

13.1.3. A solicitação de reequilíbrio econômico deverá ser devidamente comprovada, mantidos os valores dos meses anteriores.

13.1.4. O pedido de reequilíbrio não tem efeito suspensivo.

13.1.5. O pedido será analisado pelo setor competente do CONIMS no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos e, em havendo necessidade de juntada de novos documentos ou a correção/esclarecimento dos apresentados, o agente os requisitará, indicando prazo para o seu atendimento.

13.1.6. No caso de necessidade de juntada de novos documentos, diligências ou outras providências por parte do Interessado, o prazo para análise fica suspenso.

13.1.6.1. Regularizada a instrução e sendo deferido o reequilíbrio, este produzirá efeitos retroativos à data da solicitação, cujo acréscimo será pago na fatura pendente ou, em não havendo, em pagamento complementar.

13.1.6.2. Não regularizada a instrução na oportunidade a que se refere o item anterior, sendo necessárias complementações ou mais esclarecimentos, o pedido de reequilíbrio, se deferido, terá efeitos retroativos a contar da última manifestação do Fornecedor.

13.1.7. O pedido de reequilíbrio econômico financeiro deverá ser enviado ao e-mail licitacao@conims.pr.gov.br e instruído com os seguintes documentos:

13.1.7.1. Requerimento assinado pelo representante legal da empresa.

13.1.7.2. Cópia de documentos que comprovem o alegado.

13.1.7.3. Demonstrativo abaixo preenchido:

Processo nº ____/2026 - Dispensa de Licitação nº 008/2026	
Nº do Item:	
Descrição do Item:	
Marca:	
Dados que serviram de base para oferta de preços na dispensa	Dados para comprovar o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro
Preço contratado	Novo preço proposto
Preço anterior a Dispensa	Preço de compra atual
Data da compra	Data da compra
Nº da Nota fiscal	Nº da Nota fiscal
% da margem sobre o preço de compra*	% da margem sobre o preço de compra*

Referente a porcentagem da margem sobre o preço de compra poderá ser solicitado que seja detalhada, por exemplo: Frete, Imposto, Custos indiretos e Diretos entre outros.

13.1.8. O CONIMS, poderá a qualquer tempo, mediante prévia notificação do fornecedor, reduzir os valores contratados de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado.

13.2. Antes de deferir o pedido de reequilíbrio, poderá o CONIMS consultar o preço praticado pelas licitantes incluídas no cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, para contratar com a empresa que apresentar o menor preço, liberando a requerente do compromisso de entregar os materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Efetuar o pagamento ao fornecedor contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na Contrato e no Termo de Referência.

14.2. Comunicar ao fornecedor contratado qualquer irregularidade constatada na execução do contrato, exigindo que a mesma tome as providências necessárias para sanar os problemas.

14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo fornecedor contratado;

14.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

14.5. Prestar ao fornecedor contratado todas as informações e os esclarecimentos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas.

14.6. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor contratado possa cumprir com suas obrigações dentro dos prazos, normas e condições preestabelecidas na proposta;

14.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo fornecedor contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato bem como por qualquer

dano causado a terceiros em decorrência de ato do fornecedor contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR CONTRATADO

15.1. O Fornecedor Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, no aviso e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

15.2. Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os itens, nem subcontratar quaisquer dos itens a que está obrigada.

15.3. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos itens dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

15.4. Fornecer o item contratado obedecendo as normas e regulamentações legalmente vigentes.

15.5. Fornecer o item contratado, obedecendo rigorosamente o descrito na proposta e em perfeita conformidade com as condições estabelecidas pelo Aviso de Contratação e Termo de Referência aos quais vincula-se o contrato.

15.6. Cumprir com o estabelecido, mantendo o CONIMS informado, de acordo com as conveniências deste, de todos os pormenores.

15.7. O fornecedor contratado deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, bem como, todas as condições de habilitação especificadas no aviso de contratação e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, o fornecedor contratado será notificado para regularização, caso não seja solucionado, as solicitações poderão ser interrompidas, ressalvado o direito de recebimento dos itens já solicitados.

15.8. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas direta ou indiretamente resultantes desta dispensa de licitação.

15.9. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo CONIMS quanto ao fornecimento do item ora contratados.

15.10. Comunicar imediatamente ao CONIMS toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato.

15.11. O fornecedor contratado é responsável por danos causados ao CONIMS, ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão ou responsável do CONIMS.

15.12. Levar imediatamente, ao conhecimento do Fiscal de Contrato, qualquer fato anormal ou extraordinário que ocorrer na execução do objeto, para adoção das medidas cabíveis.

15.13. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais e pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

15.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONIMS.

15.15. Comunicar ao CONIMS as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social e demais alterações que por ventura vierem a acontecer enquanto da vigência do Contrato.

15.16. O Fornecedor contratado responsabilizar-se-á pelo pagamento de qualquer imposto, taxa ou demais despesas decorrentes da execução do objeto desta dispensa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da contratação direta ou do contrato que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de registro, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É dever do fornecedor contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor contratado, que mediante culpa ou dolo:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, assim entendida o não atendimento da quantidade total solicitada, o atraso na entrega, a entrega de item diverso do contratado ou outra irregularidade que não gere a inexecução total, mas viole obrigações contratuais em caráter parcial;

b) Der causa à inexecução total do contrato, assim entendida o não atendimento do objeto do Contrato em sua integralidade, em casos em que o pedido de fornecimento conter a sua totalidade;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado;

d) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

e) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

17.2. Serão aplicadas ao fornecedor contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o fornecedor contratado der causa à inexecução parcial do Contrato,

sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b" e "c" do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "d", "e", "f" e "g" do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas "b" e "c", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) **Multa, podem ser cumulativas ou não:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, respeitado o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) diários até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, sem prejuízo da multa.

(2) Compensatória de 1% (um por cento) sobre o valor total do pedido de fornecimento ou do item pertinente, nos casos de inexecução parcial, não previstos no item anterior ou de qualquer outra irregularidade do objeto, em valor não inferior a R\$ 1.500,00 e, se em valor excessivo, passível de redução a critério do julgador;

17.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

17.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.6. Caso o valor da multa aplicada e das indenizações devidas seja superior ao montante eventualmente devido pelo CONIMS a contratada, além da perda desse crédito, a diferença deverá ser ressarcida mediante recolhimento administrativo. Não sendo adotadas as providências necessárias pelo prestador, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da comunicação formal o CONIMS promoverá a cobrança judicial da quantia remanescente.

17.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor contratado, observando-se o procedimento previsto na Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

17.8. Na aplicação das sanções serão considerados, inclusive para fins de agravamento:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto e os antecedentes;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.9. A personalidade jurídica do fornecedor contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma da Resolução CONIMS nº 233/2023 ou outra que vier a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RESCISÃO/EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando

18.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

18.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos seguintes motivos, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

18.6. Por iniciativa do CONIMS:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;

b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

d) decretação de falência ou dissolução da sociedade;

e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

- f) razões de interesse público, justificadas pelo Presidente do CONIMS;
- g) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.7. Por iniciativa do Contratado:

- a) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita do CONIMS, por prazo superior a 3 (três) meses e para o qual o Contratado não tenha dado causa;
- b) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, para as quais o Contratado não tenha dado causa;
- c) atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONIMS;

18.8. Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CONIMS e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA NONA– AÇÕES JUDICIAIS

19.1. Qualquer ação judicial contra o CONIMS oriundo do fornecimento de itens pelo fornecedor contratado ou mesmo que venha o CONIMS compor a lide, será de exclusiva responsabilidade do fornecedor contratado a qual arcará com todas as despesas de qualquer natureza que do ato resultar, ressarcindo o CONIMS todo e qualquer valor que for obrigado a desembolsar em razão dessas ações judiciais, extrajudiciais ou reclamações administrativas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO

20.1. Para resolver os conflitos e dirimir dúvidas oriundas do presente instrumento, as partes elegem o Foro da Comarca de Pato Branco/PR.

E por assim estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e na presença de duas testemunhas, para que surtam seus efeitos legais.

Pato Branco/PR, ____ de _____ 2026.

CONTRATADO

VILMAR SCHMOLLER
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

SANDRA FIM
CPF: ***.809.***-**

JEAN RICARDO DORSI
CPF: ***.042.***-**

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

ROP**QJK****JZR****LX7**